

# MPC NOTÍCIAS



INTEGRIDADE - TRANSPARÊNCIA - EFETIVIDADE

## Procurador-Geral do MPC-MG participa de reunião entre membros do CNPGC e da Ampcon



O Procurador-Geral do MPC-MG, Marcílio Barenco (sexto da direita para a esquerda), ladeado pelas autoridades presentes na reunião. 13 abr. 2023. Acervo pessoal.

O Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, Marcílio Barenco, participou de reunião conjunta entre o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Contas (CNPGC) e a Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon), na tarde do dia 13 de abril.

O encontro, que foi recepcionado pelo Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, Patrick Bezerra Mesquita, Vice-Presidente/Diretor do CNPGC da Região Norte, ocorreu na cidade de Belém, na sede do MPC-PA.

A discussão teve como escopo o Regime Jurídico dos MPCs e suas perspectivas de aperfeiçoamento, bem como temas de interesse da carreira.

Além do Procurador-Geral do MPC-MG, que em fevereiro deste ano foi eleito Vice-Presidente/Diretor para Região Sudeste do CNPGC, estiveram presentes o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, Henrique Pandim, Presidente do Conselho; o Procurador-Geral do MPC-SE, João Augusto Bandeira de Mello, Presidente da Ampcon, entre outras autoridades dos MPCs.

### Nesta edição:

- Procurador-Geral do MPC-MG participa de reunião entre membros do CNPGC e da Ampcon.....p. 1
- MPC Cast.....p. 2
- Lex Data.....p. 2
- O MPC-MG em números.....p. 3
- Coluna Iurisprudencia.....p. 4
- Procuradora do MPC-MG participa de Seminário Nacional de Direito do Patrimônio Cultural.....p. 7
- MPC-MG realiza palestra do Projeto "Conhecendo o MPC".....p. 7
- Procurador-Geral do MPC-MG recebe Deputado Estadual Professor Cleiton.....p. 8
- MPC-MG participa de reunião promovida pela Ampcon.....p. 8
- MPC-MG promoverá seu IV Programa de Capacitação.....p. 9
- MPC-MG promoverá em maio palestra sobre contratos públicos.....p. 9
- MPC-MG marca presença em "XIV Jornadas de Derecho Administrativo Iberoamericano".....p. 10
- MPC-MG marca presença no II Seminário MP de Contas e a Sociedade.....p. 11
- Procurador-Geral recebe Presidente do Conselho de Ética Pública do Estado de Minas Gerais.....p. 12
- Servidora lotada no MPC-MG recebe Medalha da Inconfidência.....p. 12
- Procurador-Geral do MPC-MG aborda temática sobre "crimes em contratos públicos e licitações" no I Congresso de Direito Público e Estado Democrático de Direito.....p. 13

# 2ª TEMPORADA DO MPC CAST

CONVIDADO: DESEMBARGADOR FLÁVIO BOSON GAMBOGI

POR SIMONE PEREIRA

O quarto episódio da segunda temporada tem como convidado o Desembargador do Tribunal Regional Federal da 6ª Região Flávio Boson Gambogi.

A conversa se dá em torno da parceria público-privada (PPP) do estádio Mineirão. Gambogi explica como funciona uma PPP.

Confira o episódio escaneando o Código QR do Spotify abaixo ou clique [aqui](#).



## LEX DATA

### PRINCÍPIOS QUE ORIENTAM O TRATAMENTO DE DADOS NO BRASIL

POR GABINETE PROCURADORA MARIA CECÍLIA BORGES



De acordo com o art. 6º da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), os princípios que incidem sobre o tratamento de dados no Brasil são os seguintes: (i) **finalidade**: o tratamento deve ter um fim específico e ser informado ao titular; (ii) **adequação**: o tratamento de dados deve ser coerente com a finalidade que o motivou e informada ao titular; (iii) **necessidade**: apenas os dados estritamente necessários devem ser objeto de tratamento; (iv) **livre acesso**: ao titular deve ser garantido o acesso facilitado e gratuito aos seus dados pessoais e às informações acerca do tratamento; (v) **qualidade dos dados**: os dados pessoais devem estar corretos, precisos e atualizados; (vi) **transparência**: ao titular devem

ser garantidas informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento; (vii) **segurança**: devem-se adotar mecanismos para se evitar acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão dos dados; (viii) **prevenção**: devem-se adotar medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais; (ix) **não discriminação**: o tratamento de dados não pode ter finalidade discriminatória, ilícita ou abusiva; (x) **responsabilização e prestação de contas**: o agente de tratamento deve garantir todas as medidas necessárias para observância da LGPD.



POR COORDENADORIA DE APOIO OPERACIONAL - CAOP

Confira a movimentação processual entre o MPC-MG e o TCE-MG referente ao mês de março:

ENTRARAM

# 1.382

PROCESSOS



SAÍRAM, COM  
PARECER, DESPACHO  
OU MANIFESTAÇÃO  
PRELIMINAR,

# 1.613

PROCESSOS



## AUTUAÇÃO E PROCESSAMENTO PRÓPRIOS:

Notícias de Irregularidades distribuídas	08
Pedidos de Cooperação	02
Representação	02

## REPRESENTAÇÕES:

1.141.585: REPRESENTAÇÃO FORMULADA PELO SUBPROCURADOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS, DANIEL DE CARVALHO GUIMARÃES, EM DESFAVOR DO MUNICÍPIO DE BETIM, EM RAZÃO DE SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA CONDUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, ESPECIFICAMENTE QUANTO À NOMEAÇÃO DOS CANDIDATOS PARA OS CARGOS DE ASSISTENTE SOCIAL, EDUCADOR SOCIAL E PSICÓLOGO.

1.144.606: REPRESENTAÇÃO FORMULADA PELA PROCURADORA CRISTINA ANDRADE MELO, EM DESFAVOR DO PREFEITO, DO VICE-PREFEITO E DO EX-PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE MARIANA, RESPECTIVAMENTE, EM RAZÃO DA APURAÇÃO DE POSSÍVEIS IRREGULARIDADES EM CONTRATO CELEBRADO ENTRE PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E SOCIEDADE DE ADVOGADOS, CUJO OBJETO É A ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICAS PARA AS AÇÕES DE REPARAÇÃO DE DANOS RELATIVOS AO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DO FUNDÃO.



## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

### Informativo nº 1.083

**Resumo:** É legítima – desde que observados os respectivos limites de controle externo, a precedência das disposições legais (princípio da legalidade) e as prerrogativas próprias conferidas aos órgãos do Poder Executivo – a edição de atos normativos por Tribunais de Contas estaduais com o objetivo de regulamentar procedimentalmente o exercício de suas competências constitucionais.

A inexistência de um poder normativo expressamente previsto na Constituição da República serve como guia para a compreensão do papel que essa atribuição infraconstitucional dos tribunais de contas deve desempenhar, assim como o estabelecimento de seus limites.

Na espécie, verificou-se que o Tribunal de Contas do Estado do Paraná não extrapolou os limites de seu controle externo. As normas impugnadas – que, essencialmente, visam regulamentar as práticas de fiscalização e a prestação de contas de recursos públicos repassados a entidades privadas sem fins lucrativos, por meio do Sistema Integrado de Transferências (SIT) – não inovam no ordenamento jurídico. O conteúdo delas é meramente expletivo ou declaratório e, muitas das vezes, representa simples desenvolvimentos de dispositivos constantes em atos normativos primários. Além disso, elas foram editadas em decorrência de exigências derivadas do próprio texto constitucional (CR/1988, art. 71, parágrafo único), cuja observância é obrigatória por parte dos Estados-membros (CR/1988, art. 75).

Com base nesse entendimento, o Plenário, por maioria, conheceu em parte da ação e, na parte conhecida, a julgou improcedente.

ADI 4.872/PR. Relator: Ministro Marco Aurélio. Redator do acórdão: Ministro Gilmar Mendes. Julgamento finalizado em 15.2.2023.

**Tese fixada:** “É constitucional a exigência legal de renúncia expressa e irrevogável pelos Estados-membros ao direito em que se fundam ações judiciais que discutem dívida ou contrato objeto de renegociação com a União.”

**Resumo:** É constitucional – por ausência de ofensa aos princípios da inafastabilidade da jurisdição e aos postulados da razoabilidade e da proporcionalidade – dispositivo legal que, nos contratos de refinanciamento das dívidas dos Estados e do Distrito Federal com a União, impõe como condição para a concessão e a manutenção dos benefícios previstos na lei a desistência e o não ajuizamento de ações judiciais que tenham por objeto a dívida ou o contrato renegociado.

ADI 7.168/DF. Relator: Ministro Roberto Barroso. Julgamento virtual finalizado em 17.2.2023 (sexta-feira), às 23:59.

## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### Informativo nº 760

**Tema:** Servidor ocupante de cargo em comissão. Reclamação trabalhista. Regime celetista. Competência da Justiça Comum.

**Destaque:** Compete à Justiça Comum o julgamento de controvérsia envolvendo direitos de servidor contratado para exercer cargo em comissão regido pela CLT.

EDcl no AgInt no CC 184.065-SP, Relator: Ministro Herman Benjamin. Primeira Seção, por unanimidade, julgado em 25.10.2022, DJe 4.11.2022.

**Tema:** Pedido de Reconsideração. Interposição contra acórdão. Ausência de previsão legal. Descabimento. Recebimento como embargos declaratórios. Princípio da fungibilidade recursal. Inaplicabilidade. Erro grosseiro.

**Destaque:** É manifestamente incabível pedido de reconsideração em face de acórdão, bem como o seu recebimento como embargos de declaração ante a inadmissibilidade da incidência do princípio da fungibilidade recursal quando constatada a ocorrência de erro inescusável.

RCD no AgRg no HC 746.844-SP, Relator: Ministro Jorge Mussi. Quinta Turma, por unanimidade, julgado em 8.11.2022, DJe 11.11.2022.

### Informativo nº 761

**Tema:** Intimação. Substabelecimento com reserva. Ausência de pedido de publicação exclusiva em nome de algum dos advogados substabelecidos. Intimação de qualquer advogado constituído nos autos. Validade.

**Destaque:** É válida a intimação realizada em nome de advogado constituído nos autos se os poderes a ele outorgados tiverem sido substabelecidos com reserva.

AgInt no AREsp 2.098.573-GO, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Quarta Turma, por unanimidade, julgado em 14.11.2022, DJe 17.11.2022.

## TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

### Boletim de jurisprudência nº 433

**Pessoal. Concurso público. Pessoa com deficiência. Empresa estatal. Limite mínimo.**

A empresa estatal com déficit significativo de empregados com deficiência ou reabilitados da Previdência Social em relação ao percentual mínimo estabelecido no art. 93 da Lei nº 8.213/1991 deve realizar concurso público visando ao provimento de vagas e formação de cadastro de reserva exclusivamente para essas pessoas, concomitante ou alternadamente aos seus concursos gerais, até que seja atingido o percentual mínimo de ocupação dos postos de trabalho, em relação ao total de empregos dos seus quadros, a fim de obedecer ao mencionado dispositivo legal.

Acórdão 92/2023. Plenário. Representação: Relator Ministro Aroldo Cedraz.

**Pessoal. Empresa estatal. Princípio da publicidade. Transparência. Pessoa com deficiência. Divulgação. Limite mínimo.** As empresas estatais devem divulgar, por meio de suas páginas na Internet, informações atualizadas sobre o total de postos de trabalho ocupados na entidade, separando-os por tipo de emprego público, bem como o percentual, em cada tipo e globalmente, que se encontra ocupado por pessoas com deficiência ou reabilitadas da Previdência Social (art. 93 da Lei nº 8.213/1991).

Acórdão 92/2023. Plenário. Representação: Relator Ministro Aroldo Cedraz.



**Responsabilidade. Convênio. Gestor sucessor. Prestação de contas. Obrigatoriedade. Prefeito. Comprovação. Regularidade.**

O fato de o prazo final para prestação de contas adentrar o mandato do Prefeito sucessor não desonera o antecessor do ônus de comprovar o regular emprego dos recursos federais efetivamente gastos no período de sua gestão (art. 70, parágrafo único, da Constituição da República c/c arts. 93 do Decreto-lei nº 200/1967; e 5º, inciso I, da Lei nº 8.443/1992), independentemente de eventual responsabilidade do sucessor por omissão no dever de prestar contas (Súmula TCU 230).

Acórdão 93/2023. Plenário. Recurso de Revisão: Relator Ministro Jorge Oliveira.

**Responsabilidade. Culpa. Erro grosseiro. Caracterização. Referência. Conduta.**

Para fins do exercício do poder sancionatório do TCU, considera-se erro grosseiro (art. 28 do Decreto-lei nº 4.657/1942 - Lindb) aquele que poderia ser percebido por pessoa com diligência abaixo do normal ou que poderia ser evitado por pessoa com nível de atenção aquém do ordinário, decorrente de grave inobservância do dever de cuidado. Associar culpa grave à conduta desviante da que seria esperada do homem médio significa tornar aquela idêntica à culpa comum ou ordinária, negando eficácia às mudanças promovidas pela Lei nº 13.655/2018 na Lindb, que buscaram instituir novo paradigma de avaliação da culpabilidade dos agentes públicos, tornando mais restritos os critérios de responsabilização.

Acórdão 63/2023. Primeira Câmara. Tomada de Contas Especial: Relator Ministro Benjamin Zymier

**Responsabilidade. Convênio. Execução financeira. Vigência. Erro formal.**

É possível considerar como falha formal a execução de despesas fora da vigência do convênio, em situações em que reste comprovado que os dispêndios contribuíram para o atingimento dos objetivos pactuados.

Acórdão 25/2023. Segunda Câmara. Recurso de Reconsideração: Relator Ministro Antonio Anastasia.

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Boletim de jurisprudência nº 297

**Processo cível – Direito Processual Civil – Citação – Citação por meio de aplicativo de troca instantânea de mensagens – WhatsApp – Impossibilidade**

**Ementa:** Agravo de instrumento cível. Ação de cobrança. Citação por meio de aplicativo de troca instantânea de mensagens ("WhatsApp"). Impossibilidade. Ausência de previsão legal. Nulidade processual. Verificada. Sentença cassada.

- Não havendo previsão legal acerca da possibilidade de citação por aplicativo de mensagens, consoante expressa disposição do art. 246 do CPC, não é válido realizá-la.

- Somente será permitida a utilização do "WhatsApp" para recebimento de atos processuais, nos termos da Portaria Conjunta nº 1109/PR/2020 deste TJMG, caso a parte tenha aderido e dado sua autorização.

TJMG - Agravo de Instrumento-Cv 1.0000.22.008848-8/004. Relator: Desembargador Marco Aurélio Ferrara Marcolino. 13ª Câmara Cível. Julgado em 17.2.2023, publicado em 17.2.2023.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Informativo de jurisprudência nº 264

**Tese:** É possível a utilização do empenho ordinário para o processamento da despesa com folha de pagamento, desde que atendido o disposto no §1º do art. 4º do Decreto federal nº 64.752/1969, ou seja, que se tenha o valor exato a ser pago e que o pagamento seja realizado em parcela única.

Processo 1.114.793 – Consulta. Relator: Conselheiro Cláudio Couto Terrão. Tribunal Pleno. Deliberado em 8.3.2023.

**Tese:** É possível a contratação de plano de saúde para vereadores, custeado no todo ou em parte com recursos orçamentários, mediante a edição de lei específica pelo Poder Legislativo, e em atendimento as disposições das leis de Licitação, Diretrizes Orçamentárias e de Responsabilidade Fiscal.

Processo 1.111.041 – Consulta. Relator: Conselheiro Cláudio Couto Terrão. Tribunal Pleno. Deliberado em 8.3.2023.

**Ementa:** Representação. Prefeitura municipal. Contratações temporárias. Uso reiterado. Ausência de urgência e temporariedade. Violação à regra do concurso público. Agentes comunitários de saúde e agente de combate. Impossibilidade de contratação temporária. Aplicação de multa. Determinação.

1. Nos termos da jurisprudência consolidada nesta Casa, as contratações por tempo determinado devem ser: a) celebradas, nos termos do art. 37, IX, da CR/88, somente mediante esmerada demonstração da ocorrência de situações fáticas anômalas, transitórias e previamente definidas em lei, mas, dentro do prazo legal; b) precedidas de procedimento de escolha pública e impessoal, com critérios que possam apurar o mérito dos candidatos e que garanta a igualdade de oportunidade aos que possam e queiram exercer as atribuições respectivas, em atendimento aos princípios da impessoalidade, moralidade, publicidade, isonomia,

competitividade e do amplo acesso aos cargos, funções e empregos públicos, nos termos do art. 9º da Lei federal nº 11.350/2006

2. Conforme preceitua o art. 16 da Lei federal nº 11.350/2006, é vedado o uso do instrumento da contratação temporária ou terceirizada de Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias, salvo na hipótese de combate a surtos epidêmicos, na forma da lei aplicável.

3. Nos termos do art. 85, II, da Lei Orgânica desta Casa, a constatação de infração às normas legais que regem as matérias apreciadas enseja a aplicação de multa aos responsáveis.

Processo 1.098.360 – Consulta. Relator: Conselheiro Wanderley Ávila. Deliberado em 28.2.2023. Publicado no DOC em 9.2.2023.

**Ementa:** Recurso ordinário. Auditoria. Preliminar. Admissibilidade. Conhecimento do recurso. Mérito. Irregularidades. Recebimento de verbas indenizatórias pelos vereadores. Desconstituição de débito. Falha no processo de formação das despesas públicas. Manutenção da multa. Provimento parcial. Arquivamento.

1. De acordo com a jurisprudência deste Tribunal de Contas, o recebimento de verba indenizatória pelos vereadores para arcar com despesas decorridas do exercício da função pública é permitido desde que: (i) precedido de autorização legislativa; (ii) não extrapole o valor estabelecido na regra regulamentadora ou não ocorra em parcelas fixas e permanentes; (iii) tenha caráter excepcional e, por fim, (iv) seja acompanhado da devida prestação de contas.

2. A apresentação de documentos com o fim de demonstrar a prestação material do serviço contratado a título de verba indenizatória afasta a ocorrência de dano ao erário.

Processo 1.107.564 – Recurso Ordinário. Relator: Conselheiro Substituto Telmo Passareli. Deliberado em 14.12.2022. Publicado no DOC em 9.3.2023.





# PROCURADORA DO MPC-MG PARTICIPA DE SEMINÁRIO NACIONAL DE DIREITO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

POR SIMONE PEREIRA



p. 7



A Procuradora do MPC-MG Maria Cecília Borges. Acervo pessoal.

A Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais Maria Cecília Borges participou do Seminário Nacional de Direito do Patrimônio Cultural, que ocorreu nos dias 4 e 5 deste mês na cidade de Ouro Preto.

O evento teve como objetivo realizar uma radiografia da legislação brasileira de Patrimônio Cultural, discutindo-se “a pertinência de uma sistematização ou estruturação orgânica da legislação de proteção e valorização do Patrimônio Cultural no Brasil”.

Após a abertura do evento e o credenciamento dos participantes, o Seminário abarcou em seu primeiro dia três painéis. Pela manhã, o primeiro deles teve como tema “Radiografia da Legislação Brasileira de Patrimônio Cultural: Lacunas Jurídicas” e o segundo, “Novos Paradigmas Ético-Jurídicos na Proteção do Patrimônio Cultural”. À tarde, por sua vez, abordou-se “O Federalismo Brasileiro e as Possibilidades de Fomento e Financiamento do Patrimônio Cultural” e a noite foi encerrada com a mostra “Vivências no Patrimônio”.

No dia 5, os participantes contaram com apresentação de trabalhos científicos no período da manhã, enquanto à tarde ocorreu a apresentação de dois painéis: “Patrimônio Cultural: Premissas e Particularidades quanto à Responsabilidade Civil e Penal” e “Patrimônios Culturais Insurgentes, Emergentes e Novas Perspectivas, Abordagens e Instrumentos de Proteção”. À noite, houve a plenária de aprovação da Carta Patrimonial e a cerimônia de encerramento.

## MPC-MG REALIZA PALESTRA DO PROJETO "CONHECENDO O MPC"

POR SIMONE PEREIRA

O Ministério Público de Contas realizou, no dia 24, palestra do Projeto “Conhecendo o MPC”.

Ministrado por Ana Carolina de Souza e Silva, Assessora da Procuradora Cristina Melo, o encontro teve como convidados os alunos da Universidade Federal de Juiz de Fora e ocorreu virtualmente por meio do Teams.

Saiba mais sobre o “Conhecendo o MPC” em nosso site.



### Projeto Conhecendo o MPC - 2023

Você sabia que existe um Ministério Público especializado na fiscalização das contas públicas?

Quer saber mais sobre sua estrutura e forma de atuação?

Participe do nosso encontro!

**PALESTRANTE**  
**Ana Carolina de Souza e Silva**  
Assessora da Procuradora Cristina Melo



Plataforma Teams  
Instituição convidada: UFJF



O Deputado Estadual Professor Cleiton ao lado do Procurador-Geral do MPC-MG, Marcílio Barenco. 12 Abr. 2023. Acervo pessoal.

No último dia 12, o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, Marcílio Barenco, recebeu em seu Gabinete o Deputado Estadual Professor Cleiton (PV).

Além do estreitamento de laços institucionais, a reunião teve como objetivo tratar de Pedido de Cooperação para análise técnica do contrato da Parceria Público-Privada (PPP) do Mineirão, celebrada em 2010, entre o Núcleo Gestor das Copas, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag) e a Concessionária Minas Arena Gestão de Instalações Esportivas S.A., que será formalizado pelo Parlamentar.

#### Saiba mais

A PPP do Mineirão previa a operação e manutenção do Complexo do Mineirão, precedida de obras de reforma e adequação do Estádio Governador Magalhães Pinto, com o objetivo inicial de preparar o espaço para ser uma das sedes da Copa do Mundo de 2014. O contrato tem vigência de 27 anos.

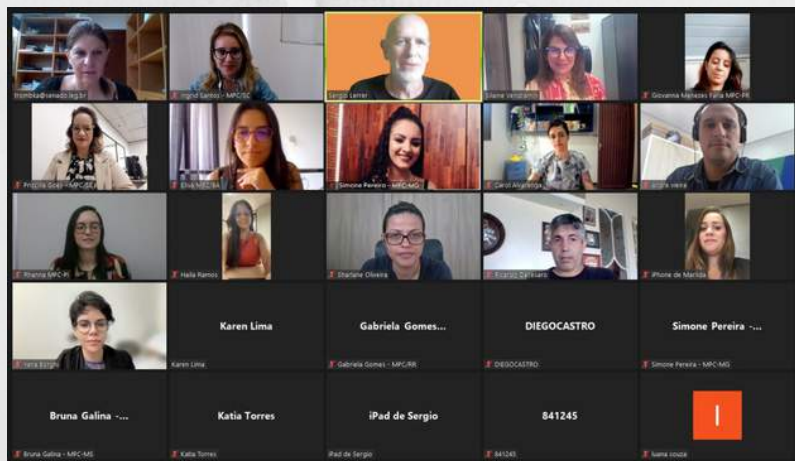
As principais obrigações da Concessionária envolvem a garantia de condições de acesso, circulação e segurança, promoção e supervisão de atividades artísticas, musicais e esportivas, além de melhoria da visibilidade do gramado, modernização de vestiários, banheiros, assentos, estacionamentos e áreas comuns. A remuneração recebida pela concessionária está diretamente ligada ao padrão dos serviços oferecidos para a gestão e manutenção do estádio.

Atualmente, o Estado de Minas Gerais, como poder concedente, exerce a fiscalização das condições do contrato e da gestão do Complexo do Mineirão.

Fonte: Unidade PPP Minas Gerais.

## MPC-MG PARTICIPA DE REUNIÃO PROMOVIDA PELA AMPCON

POR SIMONE PEREIRA



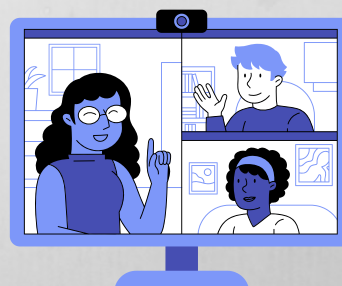
Os participantes da reunião. 17 Abr. 2023. Acervo pessoal.

O Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais participou, na manhã do último dia 17, de reunião com os assessores de comunicação do MPC brasileiro, promovida pela Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon).

O primeiro encontro do ano objetivou discutir a comunicação integrada dos MPCs neste ano, além de exposição de case.

A exposição foi realizada pela Diretora-Geral do Senado Federal, Ilana Trombka, que ministrou palestra sobre uso de redes sociais por servidores públicos. Além de mencionar o uso profissional que realiza em suas redes sociais pessoais, Trombka ressaltou a importância dessa metodologia de uso das mídias como forma de dar maior visibilidade aos órgãos públicos, de maneira especial, aqueles criados mais recentemente.

Além dos profissionais de comunicação dos MPCs de todo o país, o encontro virtual teve a presença do Presidente da Ampcon, o Procurador João Augusto dos Anjos Bandeira de Mello (MPC-SE); da Vice-Presidente da Ampcon, a Procuradora Silaine Vendramim (MPC-PA); e do Assessor de Comunicação da Ampcon, Sérgio Lerrer.





# MPC-MG PROMOVERÁ SEU IV PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO

POR SIMONE PEREIRA



p. 9

## IV PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DO MPC-MG

1º SEMINÁRIO ON-LINE DE CAPACITAÇÃO

com enfoque em

**CONSÓRCIOS PÚBLICOS**

### OBJETIVO:

Compreender as potencialidades, conveniências, proveitos e limitações da implementação da gestão compartilhada de políticas públicas por meio de consórcios públicos intermunicipais.

O Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais realizará, às 14h do dia 11 de maio, o 1º Seminário on-line, no âmbito do IV Programa de Capacitação do MPC-MG.

Com enfoque em consórcios públicos e carga horária de três horas e trinta minutos, a capacitação será realizada virtualmente, pelo Teams, e tem como objetivo favorecer aos participantes "compreender as potencialidades, conveniências, proveitos e limitações da implementação da gestão compartilhada de políticas públicas por meio de consórcios públicos intermunicipais".

O Seminário terá a abertura prestigiada pelo Procurador-Geral do MPC-MG, Marcílio Barenco, apresentação e moderação do Subprocurador-Geral, Daniel Guimarães, e contará com quatro painéis.

A primeira palestra do encontro será realizada por Fernando Borges Mânica, Procurador do Estado do Paraná, e terá como tema "Implementação dos Consórcios Públicos: um avanço na gestão compartilhada de políticas públicas". O segundo painel terá palestra com o tema "Estrutura Organizacional: contratação de pessoal, licitações e contratos firmados pelos entes consorciados (contrato de rateio e contrato de programa)" e será ministrada por Joanni Henrichs, Advogada e Consultora na área jurídica. O penúltimo painel, "Normas de direito financeiro aplicáveis aos consórcios públicos. Gestão financeira: constituição, orçamento e contabilização", terá como palestrante José Wesmey da Silva, servidor e ex-Controlador-Geral do Tribunal de Contas do Estado do Ceará. O painel de fechamento, por sua vez, terá como palestrante Dirceu Rodolfo de Melo Júnior, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, que abordará o tema "Consórcios públicos à luz da jurisprudência dos Tribunais de Contas".

O evento contará com certificado. Para recebê-lo, o participante deve realizar a inscrição previamente, na plataforma Sympla, até a data do evento.

Acesse o link [aqui](#).



## MPC-MG PROMOVERÁ EM MAIO PALESTRA SOBRE CONTRATOS PÚBLICOS

POR SIMONE PEREIRA

O Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais realizará, no dia 8 de maio, palestra com o tema "Reequilíbrio Contratual e Matrizes de Risco dos Contratos Públicos".

Visando à capacitação de membros, servidores e colaboradores dos MPCs de todo o país, o encontro será destinado exclusivamente a esse público e tem vagas limitadas.

A palestra ocorrerá na Sala Ágora do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, às 14h30, e será ministrada pelo Conselheiro Substituto Marcos Antônio Rios da Nóbrega, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

As inscrições podem ser realizadas por meio da Sympla, plataforma pela qual os participantes também receberão o certificado.

Acesse o link [aqui](#).

**PALESTRA:**  
**Reequilíbrio Contratual e Matrizes de Risco dos Contratos Públicos**

**Palestrante**



Marcos Antônio Rios da Nóbrega  
Conselheiro Substituto TCE-PE

8 de maio de 2023

14h30

Sala Ágora TCE-MG



# MPC-MG MARCA PRESENÇA EM “XIV JORNADAS DE DERECHO ADMINISTRATIVO IBEROAMERICANO”

POR SIMONE PEREIRA



p. 10



O Subprocurador-Geral do MPC-MG, Daniel Guimarães, o Procurador-Geral do MPC-MG, Marcílio Barenco, e o Conselheiro Substituto do TCE-MG Licurgo Mourão. Acervo pessoal.

O Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, Marcílio Barenco, e o Subprocurador-Geral, Daniel Guimarães, participaram, na última semana de março, do evento “XIV Jornadas de Derecho Administrativo Iberoamericano”, na Universidade da Coruña, Espanha. Além dos Procuradores do MPC-MG, esteve presente, representando o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, o Conselheiro Substituto Licurgo Mourão.



O Subprocurador-Geral do MPC-MG, Daniel Guimarães, o Procurador-Geral do MPC-MG, Marcílio Barenco, o Professor de Direito Administrativo Jaime Rodríguez-Arana Muñoz e o Conselheiro Substituto do TCE-MG Licurgo Mourão. Acervo pessoal.

O Congresso, que teve como tema “Boa administração para a realização dos direitos sociais fundamentais”, foi composto por apresentações de trabalhos científicos, painéis, mesas-redondas e seminários com temáticas relacionadas ao Direito Administrativo, tendo como público-alvo profissionais e estudantes da área.



Os participantes do evento. Acervo pessoal.

No primeiro dia (27/03), além da inauguração e apresentação do evento, houve dois painéis e uma mesa-redonda. Enquanto esta teve como temática “A cláusula do Estado Social e o Direito Administrativo”, aqueles se debruçaram sobre “O interesse geral e o Estado de Direito Social e Democrático” e “Dignidade humana e direitos sociais fundamentais”, respectivamente.

Já no dia 28 de março, a programação matutina foi composta por duas mesas-redondas, com os temas “Boa administração do direito à saúde” e “Boa administração do direito à educação”. Por sua vez, a tarde foi prestigiada pela defesa de doutorado e apresentação de livro na Faculdade de Direito da Universidade da Coruña.

A manhã do terceiro dia (29/03) foi composta por painel com o tema “A boa administração do direito à habitação” e mesa-redonda com o tema “A promoção de políticas sociais e a proibição de regressão”. Já a parte da tarde contou com dois seminários: o primeiro sobre Direito Urbanístico Iberoamericano e o segundo sobre Direito Ambiental Iberoamericano.

No quarto dia da conferência (30/03), a manhã se ocupou com painel sobre “Exigibilidade e justiciabilidade dos direitos sociais fundamentais”, apresentação do projeto da Carta Iberoamericana dos Direitos Sociais Fundamentais, além de seminário sobre “Questões atuais do Direito Público”. Já a tarde contou com seminário sobre Direito Administrativo Social e seminário sobre contratação pública iberoamericana.

A sexta-feira (31/03), equivalente ao quinto dia de encontro, teve apresentação de trabalhos científicos, palestras de encerramento e apresentação de diplomas.



Os palestrantes de um dos seminários do evento. Acervo pessoal.



POR SIMONE PEREIRA



O Procurador do MPC-MG Glaydson Massaria, o Procurador-Geral do MPC-PA, Patrick Bezerra Mesquita e o Procurador-Geral do MPC-MG, Marcílio Barenco. Acervo pessoal.

Terminou, no último dia 14, o II Seminário MP de Contas e a Sociedade, em Belém. Representando o Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, estiveram no evento o Procurador-Geral, Marcílio Barenco, e o Procurador Glaydson Massaria.

Composto por palestras com temas sobre federalismo e renúncia fiscal, o encontro se iniciou na quinta-feira, 13, e teve abertura prestigiada pelo Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Ministro Bruno Dantas, que abordou temas relevantes para o controle externo contemporâneo, como “Consensualidade, Fiscalização da Receita Pública e a Eficiência dos Mecanismos de Controle”.

Já o segundo dia do evento foi composto por duas mesas-redondas. A primeira delas, no período da manhã, foi constituída por três palestras: a primeira, ministrada pelo Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Ceará Edilberto Pontes, teve como tema “O Federalismo Fiscal e o Controle Externo”; a segunda palestra foi realizada pelo Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Esta-

do do Pará, Patrick Bezerra Mesquita, com a temática “Regime Tributário Diferenciado do ICMS no Pará: um Diagnóstico à Luz da Constituição Financeira no Contexto da Guerra Fiscal”. Fechando a primeira mesa, a Procuradora Federal e Professora da Universidade Federal do Pará, Lise Vieira da Costa Tupiassu, palestrou sobre o tema “Federalismo Fiscal e Desenvolvimento Amazônico”.

A parte da tarde foi reservada para a segunda mesa-redonda, também constituída por três palestras: a primeira, ministrada pela Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo e Professora da Fundação Getúlio Vargas, Élide Graziane Pinto, teve como tema “Controle da Inibição da Arrecadação Tributária”; a segunda palestra, com o tema “Questões Atuais do Federalismo Fiscal”, foi feita pelo Professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo Fernando Facury Scaff; já a última palestra foi realizada pelo Professor do Instituto Brasileiro de Direito Público Celso de Barros Correia Neto e teve como tema “Renúncia de Receita Tributária: Novos Parâmetros Jurídicos de Controle”.

A palestra de encerramento do evento teve como tema “Eficiência da Administração Pública, Controle Externo e Políticas Públicas, sob o Enfoque do Federalismo” e foi realizada pelo Ministro do Tribunal de Contas da União Antonio Anastasia.

Com a presença de autoridades dos MPCs de todo o país, o Seminário ocorreu no Teatro Maria Sílvia Nunes e foi promovido pelo Ministério Público de Contas do Pará.



O Procurador do MPC-MG Glaydson Massaria, o Ministro do Tribunal de Contas da União Antonio Anastasia e o Procurador-Geral do MPC-MG, Marcílio Barenco. Acervo pessoal.



# PROCURADOR-GERAL RECEBE PRESIDENTE DO CONSELHO DE ÉTICA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

POR SIMONE PEREIRA



p. 12



No último dia 27, o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, Marcílio Barenco, recebeu visita de cortesia do Presidente Conselho de Ética Pública do Estado de Minas Gerais (Conset/MG), Joaquim Antônio Murta Oliveira Pereira.

Além de tratarem de tópicos relevantes relativos a ambos os órgãos, o Procurador-Geral recebeu convite para o Seminário “Celebração de um ano do Decreto estadual 48.417/2022”, que abordará o trato de situações de conflito de interesses no âmbito do Executivo estadual.

O evento, realização do Conselho de Ética Pública do Estado de Minas Gerais, acontecerá no dia 1º de junho, na sede do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

## O que é o Conset/MG?

O Conselho de Ética Pública do Estado de Minas Gerais, criado pelo Decreto estadual nº 43.673/2003 e atualmente regido pelo Decreto estadual nº 46.644/2014, é um órgão colegiado deliberativo e consultivo, ligado diretamente ao Governador do Estado, incumbido de dirigir e zelar pela aplicação do Código de Conduta Ética do Agente Público e da Alta Administração estadual.

## SERVIDORA LOTADA NO MPC-MG RECEBE MEDALHA DA INCONFIDÊNCIA

POR SIMONE PEREIRA

No último dia 21, a servidora Luiza Madeira Gambogi, lotada no Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, foi agraciada com a Medalha da Inconfidência, recebida das mãos do Governador do Estado, Romeu Zema, na cidade de Ouro Preto.

Luiza é Chefe de Gabinete do Procurador Glaydson Massaria, cargo que ocupa desde que entrou no MPC-MG, em 2011, sendo Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Montes Claros.

### Sobre a medalha

A cerimônia foi realizada no Centro de Artes e Convenções da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop). Com quatro designações (Grande Colar, Grande Medalha, Medalha de Honra e Medalha da Inconfidência), a honraria é o mais importante reconhecimento prestado pelo Governo de Minas a personalidades e instituições com contribuição marcante para o desenvolvimento do Estado e do País.

Fonte: UFMG.



A servidora Luiza Madeira Gambogi. Foto: TCE-MG



# PROCURADOR-GERAL DO MPC-MG ABORDA TEMÁTICA SOBRE “CRIMES EM CONTRATOS PÚBLICOS E LICITAÇÕES” NO I CONGRESSO DE DIREITO PÚBLICO E ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO



POR SIMONE PEREIRA



O Procurador-Geral do MPC-MG, Marcílio Barenco. 27 abr. 2023. Foto: MPC-MG.

O Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, Marcílio Barenco, ministrou, na tarde do dia 27, palestra sobre crimes em licitações e contratos administrativos, no I Congresso de Direito Público e Estado Democrático de Direito.

Em sua apresentação, Marcílio Barenco fez uma análise das principais mudanças da nova lei de licitações (Lei federal nº 14.113/2021) em comparação à Lei federal nº 8.666/1993 no que se refere aos crimes, destacando a criação do tipo penal “Omissão grave de dado ou de informação por projetista” (art. 337-O, CP). Além disso, apontou o endurecimento das penas na nova lei.

Além do Procurador-Geral do MPC-MG, compuseram o painel Edilson Vitorelli, Desembargador do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, como palestrante; a Advogada e Juíza do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais (TRE-MG) Patrícia Henriques, como Presidente de mesa; e a Conselheira estadual da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais (OAB-MG) Marianne Cardoso, como mediadora.

## Por dentro do evento

O congresso, com término neste dia 28, foi promovido pela Seccional Mineira da Ordem dos Advogados do Brasil, por meio das Comissões de Direito Eleitoral e de Direito Municipal. Ao todo, sete painéis trouxeram à tona assuntos como: A Nova Lei de Licitações; Contas e Contabilidade Municipal; Crimes no Âmbito da Justiça Eleitoral e da Administração Pública; Sistema Eleitoral; Improbidade Administrativa; e A Posição dos Municípios no Federalismo Brasileiro.

Realizado no auditório da OAB-MG e com certificação de 30 horas-aula, o congresso tem o apoio da Associação de Procuradores Municipais de Belo Horizonte, do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais e da Escola Superior de Advocacia da OAB-MG.



Marcílio Barenco, Edilson Vitorelli, Marianne Cardoso e Patrícia Henriques. 27 Abr. 2023. Foto: MPC-MG.

Vários canais de comunicação estão disponíveis nas mídias sociais e plataformas de distribuição. Acompanhe-nos para saber tudo o que acontece no Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais.



Ministério Público de Contas do  
Estado de Minas Gerais



@mpc\_mg



@mpc\_mg



MPC-MG



MPC Cast



Ministério Público de Contas do  
Estado de Minas Gerais



Ministério Público de Contas do  
Estado de Minas Gerais



# EQUIPE EDITORIAL

PROCURADOR-GERAL  
MARCÍLIO BARENCO

SUBPROCURADOR-GERAL  
DANIEL GUIMARÃES

EDIÇÃO  
SIMONE PEREIRA

DIAGRAMAÇÃO  
SIMONE PEREIRA  
JUAN KARLOS FREITAS

REVISÃO DE TEXTO  
LÍLIAN DE OLIVEIRA

